

# A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO DE CANUDOS NA VILA DO BOM CONSELHO

Moisés Reis  
Marcelo Souza Reis

**RESUMO:** Nos meses que antecederam a deflagração da Guerra de Canudos, Antônio Conselheiro e seus seguidores perambulavam pelo sertão da Bahia construindo e restaurando igrejas, capelas e cemitérios, além de pregações proféticas e moralistas. Na Vila de Bom Conselho e povoados vizinhos, essa interação foi registrada antes e durante o conflito. As relações de compadrio que davam suporte aos conselheiristas, aparentemente eram tão importantes que até mesmo a segurança do peregrino era relegada a segundo plano. Em uma terra de diversos desafios e perigos que espreitavam nas estreitas curvas das estradas sertanejas do final do século XIX, o beato e seus seguidores viajaram até o Bom Conselho para participar de batizados, cerimônias realizadas pelo vigário da Vila de Bom Conselho, Vicente Martins, mesmo após a devassa feita na ocasião da primeira expedição à Canudos empreendida pelas forças legais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Canudos. Antônio Conselheiro. Batistério. Guerra. Bom Conselho.

**ABSTRACT:** In the months before the outbreak of the Canudos War, Antônio Conselheiro and his followers roamed the backlands of Bahia, building and restoring churches, chapels and cemeteries, in addition to giving prophetic and moralistic sermons. In the Vila do Bom Conselho and neighboring settlements, this interaction was recorded before and during the conflict. Conselheiro's sponsoring of people at baptisms was apparently so important to provided support to his cause that the safety of the pilgrim himself was relegated to the background. In a land full of challenges and dangers that lurked in the narrow bends of the backcountry roads at the end of the 19th century, the blessed and his followers traveled to the Vila do Bom Conselho to participate in many baptisms, ceremonies conducted by its vicar, Vicente Martins, even after the first expedition to Canudos had been undertaken by the legal forces.

**KEYWORDS:** Canudos. Antônio Conselheiro. Baptistery. War. Bom Conselho.

## ALGUMAS QUESTÕES INICIAIS:

Pouco ou quase nada se discute acerca da relação de Antônio Vicente Mendes Maciel com a vila do Bom Conselho antes e durante a famigerada Guerra de Canudos, o pouco que fora registrado em eventuais trabalhos locais, obras memorialistas, basearam-se em relatos superficiais, e carecem, sob nossa ótica, de rigor e metodologia acadêmica,

e conseqüente aprofundamento. Essa assertiva, contudo, não busca afirmar que trabalhos como a obra *Reminiscências do Bom Conselho*, livro de Gildo Dantas de Souza, lançada em 2007 pelo programa Cultura da Gente, uma iniciativa do Banco do Nordeste, não têm valor histórico e até científico, se trata, isto sim, de pontuar que uma obra memorialista e um texto historiográfico são volumes diferentes dentro do campo da história e atendem a propósitos distintos.

Isso posto, acreditamos ser importante pontuar essas questões em virtude dos movimentos de sequestro da memória empreendidos recentemente aos fatos históricos mais relevantes pela ascendente extrema direita nacional. Assim como o regime militar, o cangaço e tantas outras passagens históricas importantes para o Brasil, o movimento de Canudos também tem sido alvo de algumas interpretações que visam um revisionismo totalmente desprovido dos rigores científicos que devem estar presentes no fazer histórico.

Para discorrer sobre as manifestações intrínsecas ao movimento de Canudos, pensamos em pontuar algumas questões problemáticas que cercam o tema. A começar pelo famoso episódio da destruição das tábuas dos impostos, ocorrida em 1893, que é contestado por alguns estudiosos se, de fato, teria ocorrido em Bom Conselho (Cícero Dantas). Isso porque, para alguns, há indícios de que o fato possa ter ocorrido na Vila de Natuba, atual Nova Soure. Um desses estudiosos, o professor José Calazans Brandão da Silva, vai além e discorre sobre o trecho de *Os Sertões*.

Em abril, quando os municípios iniciaram a cobrança dos impostos estabelecidos pela lei da organização municipal, em algumas localidades do nordeste baiano, grupos populares, em grande algazarra, quebraram as tabuletas afixadas nos prédios das intendências. O primeiro local foi Natuba, hoje Soure. Euclides da Cunha, equivocadamente, escreveu Bom Conselho e o erro vem sendo repetido. O grupo conselheirista ocupou Bom Conselho, praticando, aliás, as mesmas violências, dois anos após o episódio do Soure. (CALAZANS, 1997).

Essa interação entre o Conselheiro e Bom Conselho, contudo, tem outras nuances que vão além da História Oral. Existem fontes robustas que corroboram com a informação de que o beato cearense interagiu com as pessoas desta terra antes e durante a Guerra de Canudos, estabelecendo relações de ajuda mútua entre a gente pobre do sertão.

Ao longo desse estudo, nos dedicaremos a buscar elementos que nos ajudem a dar sustentação a essa tese com base na literatura especializada, documentação primária (cartas, registros de batismos e livros de tomo) e na história oral. Essas serão as fontes nas quais nos apoiaremos a fim de tentar demonstrar ao leitor que a passagem de Antônio Conselheiro nas terras do Bom Conselho está bem fundamentada pelas fontes.

Além disso, nos preocupamos, enquanto construíamos esse trabalho, em fundamentar de forma robusta as informações aqui constantes, além de buscar a

confrontação das diferentes fontes utilizadas na pesquisa a fim de dar mais robustez ao trabalho em questão.

## OS REGISTROS

No premiado livro *Canudos: Cartas para o Barão*, a historiadora Consuelo Novais Sampaio, aborda o conflito a partir de cartas trocadas entre Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo e diversos outros conterrâneos, nas quais tratam, entre outras temáticas, da Guerra de Canudos. É um ponto de vista inovador, pois busca retratar como pessoas comuns, sertanejos que trocavam correspondência com o Barão, residentes nas cidades e vilas vizinhas ao conflito, interagem com as notícias da guerra e com episódios pavorosos como, por exemplo, a chegada de soldados arrasados pelas batalhas e pela dureza do sertão baiano aos povoados após os conflitos, ou mesmo os corpos mutilados de sertanejos e militares deixados nas margens das estradas onde ocorreram as batalhas entre conselheiristas e forças legais.

Antes de prosseguirmos com essa abordagem, é necessário que se construa um adendo a fim de informar ao leitor menos inteirado das correspondências do Barão de Jeremoabo e a sua relação com os sertanejos que, direta ou indiretamente, estavam sob sua zona de influência no final do XIX.

Antes de mais nada, é necessário saber que, Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo, é famoso por ter sido um entusiasta das cartas como meio de comunicação, Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior, um descendente direto do fidalgo que escreveu o livro *O Barão de Jeremoabo e a Política do seu Tempo*, estimou na referida obra que ele escreveu cerca de 44 mil cartas, ao longo dos seus 65 anos de vida. Isto posto, é imperativo que se considere também o público com o qual o barão se correspondia. Nesse sentido, e analisando suas missivas, o referido autor, assim como a já citada Consuelo Novais, apuraram que as cartas escritas e recebidas pelo Barão de Jeremoabo eram oriundas de, obviamente, pessoas de posses, políticos, senhores de engenhos, médicos e advogados, como era de se esperar de um homem de negócios da envergadura de Cícero Dantas Martins, contudo, uma informação importante e, do nosso ponto de vista, enriquecedora acerca da visão produzida por essas cartas, reside no fato de o Barão também ter se correspondido com pessoas comuns, homens e mulheres que não pertenciam à camada “superior” da hierarquia social, sendo esses pequenos comerciantes, pequenos proprietários de terras e criadores de gado, reideiros e até mesmo os vaqueiros de suas fazendas que dominavam a arte da leitura e da escrita.

Em uma dessas cartas, datada de 2 de janeiro de 1896, Reginaldo Alves de Melo, que na época ocupava o cargo de Juiz em Itapicuru, escreve ao Barão: “Nada de notável que mereça noticiar-lhe senão os horrores, já sabidos, cometidos no Bom Conselho, pela gente do Conselheiro.

No *post scriptum*, da carta enviada pelo ex-governador da Bahia, José Gonçalves da Silva, leal amigo do Barão, consta o seguinte relato:

Li a carta do preparador do Bom Conselho. A entrada ali do Conselheiro é uma coisa muito grave. A Bahia, hoje, é vítima de todas as desgraças. Bem dizem as pessoas que estas viajam de tropel. Mas também é certo que do excesso do mal pode vir o remédio.

O cidadão de Tucano de nome Antero Cerqueira Galo, não era um erudito, nem alcançara alto posto na hierarquia dos cargos do estado, a bem da verdade, era homem de poucas letras. Eis a sua versão de um dos combates entre conselheiristas e o exército:

Tucano, 23 de janeiro 97

Faço ardentes votos pela continuação de sua saúde e da Excelentíssima família, e que tenha tido boas festas e entrada do recém vindo 97. Hoje 2 horas da madrugada chegou notícia do nosso Amigo Coronel José Américo e de pessoa fidedigna do Cumbe que as forças legais no dia 18 e 19 do mês vigente tiveram renhido combate com os fanáticos do Conselheiro no Combate foram atacados de emboscada pelos fanáticos, travando-se renhida luta. Os Conselheiristas retrocederam, depois de uma carnificina extraordinária da parte dos fanáticos. Continuando as forças legais sua marcha, foram dormir distante de Canudos  $\frac{1}{2}$  légua, quando arrumava a bagagem para seguir foram surpreendido por uma grande força fanática, travando-se logo uma luta sanguinolenta, que as forças legais viram-se obrigado a retrocederem pelo número esmagador e pela, fome e sede, depois de deixar o solo juncado de cadáver de fanáticos, o bravo Major Febrônio está horrorizado pela forma e coragem com que brigam os fanáticos; vinham pegar as bocas das carabinas e das peças; já sobe á mais 800 mortos da parte dos fanáticos, e soldados morreram 9, um tenente gravemente ferido e 40 e tantos soldados. O Exército conselheirista compõe-se de mais de 5 mil homens capaz de luta, fora as mulheres que sobem á outro tanto e brigam fanaticamente, nessas lutas saíram mais de 300 homens. (CORPUS ELETRÔNICO DOCUMENTOS DO SERTÃO - UEFS).

Outra missiva que cita o Conselheiro é escrita pelo padre Vicente Martins, que ocupou a função de pároco da Igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho por quase cinquenta anos e foi, inclusive, sepultado na capela-mor da mesma igreja. No dia 22 de janeiro de 1896, apenas vinte dias após a carta acima citada, de Reginaldo Alves de Melo. Nela, o vigário escreveu ao Barão: [...] Quanto a Antônio Conselheiro, aqui estive e não pude proceder de outra forma e ainda mesmo quando contasse com elementos, deixaria de reagir.

Essa carta foi escrita pelo padre em plena reconstrução da igreja Matriz que foi por ele demolida e em lugar da antiga, ergueu o novo templo, que conserva ainda hoje grande parte da arquitetura utilizada naquela data.

Essas três correspondências, com exceção da carta de Antero Cerqueira Galo, foram publicadas por Consuelo Novais Sampaio no livro já citado, mas existem muitas outras correspondências enviadas ou recebidas pelo Barão, boa parte delas se encontram disponíveis no Corpus Eletrônico Documentos do Sertão, plataforma on-line mantida pela UEFES.

Outras fontes documentais, com efeito, reforçam a tese da passagem do Conselheiro por Cícero Dantas. Ao menos duas delas estão registradas no *livro tomo da Paróquia de Nossa Senhora do Boqueirão*. No livro de 1949, o Padre Renato Galvão faz um apanhado histórico da Igreja, cujas informações por ele registradas, são creditadas ao sacerdote capuchinho Frei Caetano de Altamira. Frei Caetano era neto do artista sergipano João Antônio Cristino dos Santos que, a pedido da Baronesa de Jeremoabo, entalhou o altar da Igreja Matriz, em trabalho entregue em 1907.

Na página 44 do *livro tomo da Igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho*, registra-se: “A velha matriz do Bom Conselho foi demolida em 1893 e iniciada a atual em 1894. Antônio Conselheiro deu sua ajuda com trabalho em 1895”. (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO, p. 44)

No mesmo livro e página, lê-se adiante: “Os homens rudes de Canudos deixaram aqui grande contribuição de madeira e pedra em 1895”.

As duas passagens acima, dão conta de, pelo menos, duas contribuições de conselheiristas nas obras da referida igreja em momentos distintos, enquanto os seguidores de Conselheiro e sobretudo o próprio Antônio Vicente Mendes Maciel, ganhavam fama em todo o Nordeste e já batiam de frente com o status quo. Na primeira citação -1893 – ocorreu a queima das tábuas dos impostos na vila de Natuba, atual cidade de Nova Soure, na segunda – 1895 – o arraial de Canudos já tinha sido fundado há dois anos e a comunidade já se organizava social, política e economicamente.

Acerca dessa mesma reforma, escreve o Padre Vicente ao Barão: “Comunico a V.Exa. que em o dia sábado, 18 do vigente, subiu com muita animação, já de parte do pobre pastor, já da parte do rebanho, a cumeeira da capela-mor da Matriz e é bem provável que até sábado seja a mesma coberta”. (APUD SAMPAIO. 1999, p. 115).

A ajuda dada por Conselheiro e seus seguidores na reforma e construção de igrejas e cemitérios não é necessariamente uma novidade. A prática foi cultivada pelos conselheiristas por décadas em todo o Nordeste, ainda em 1876, no Ceará, Antônio Conselheiro faz promessa de construir 25 igrejas pelo sertão, como penitência por ter se livrado de uma falsa acusação.

Outras fontes de rara importância a situar Conselheiro e seus seguidores em Bom Conselho, estão em quatro registros de batismos realizados pelo Padre Vicente Martins entre os anos de 1895 e 1897. Em todos as cerimônias, crianças foram batizadas tendo como padrinho Antônio Vicente Mendes Maciel.

Esses batismos, como dito, reforçavam a rede de compadrio, tão importante para

o suprimento de belo monte da boa vontade e simpatia do sertanejo, mas também tinham o potencial de criar uma rede de informações nos períodos de guerra e até mesmo de fortalecer as redes de comércio entre conselheiristas e as vilas sob a zona de influência do movimento de canudos. Guardadas as devidas ressalvas, condição semelhante se estabeleceria nas décadas seguintes com outro movimento social nordestino, o cangaço, movimento sustentado em grande parte, pela rede de compadrio, os coiteiros, cativados como elementos de grande importância por Lampião e pelos diversos chefes de subgrupos que agiam no sertão.

O primeiro deles ocorre a dez de dezembro de 1895, no *livro de batismo*, registra o vigário:

Aos dez dias do mês de dezembro de 1895, batizo solenemente a Guilherme, nascido a vinte e cinco de abril de 1895, filho legítimo de Theotônio José de Carvalho e Felismina Francisca de Castro. PP Antônio Vicente Mendes Maciel e João Damázio de Sant'Ana, sob a proteção de Nossa Senhora do Bom Conselho. E para constar, fiz este termo que assino.

Vigário Vicente Martins.

Nesse período, Belo Monte já havia sido fundada e já recebia sertanejos que buscavam na localidade um pouco de esperança. A cerimônia com a presença de Conselheiro, indica que o beato não se furtava em sair do arraial e aumentar a sua influência entre os sertanejos.

É um ponto de vista interessante pensar na figura icônica do Conselheiro perambulando pelo sertão mesmo após ficar conhecido e odiado pelas elites locais que o classificavam como louco, fanático e até de impostor. É mais intrigante ainda se pensarmos que o sertão do final do século XIX era uma terra violenta, suas estradas e entroncamentos arenosos eram pontos de emboscadas, aventureiros, pistoleiros e até mesmo protocangaceiros já agiam nas estradas sertanejas assaltando e matando sem discriminação.

Um exemplo disso é o antigo cemitério da Cacunéia, uma área que ficava onde hoje está situada a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Conselho, a mesma que foi reformada pelo Padre Vicente em 1895. Ali, em 1812, o Frei Apolônio de Todi, classificado por Euclides da Cunha como o Apóstolo do Sertão, ergueu a capela primordial que daria origem a atual igreja, de acordo com Santos 2021:

Já em 1812, cumprindo determinação do Arcebispo da Bahia, frei Apolônio de Todi foi incumbido de prestar assistência religiosa e espiritual a essa gente, a fim de minorar aquelas delinquências e também de manter a presença da igreja no interior. Tão logo aportou à região, frei Apolônio fez contato com dona Cacunéia, antiga moradora, e, imediatamente, onde havia o velho cemitério, erigiu uma cruz e celebrou a sua primeira missa, assistida pelos moradores

locais e da circunvizinhança, como também por muitos indígenas. Sem perda de tempo, com a ajuda de todos os moradores, deu-se início à construção de uma capela, cujo Orago, mandado esculpir na capital, foi entronizado com o nome de Nossa Senhora do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão, denominação oficializada através do alvará de 21 de julho de 1817. O povoado, de início sem expressão, foi vagarosamente se desenvolvendo graças ao trabalho constante e pertinaz da catequese, imprimido com afincos e fé pelos religiosos, o que proporcionou maior fixação do homem à terra, pois as vias de comunicação começaram a se expandir e o fluxo de pessoas na região passou a ser mais significativo.

O trecho acima, foi retirado de um relato de cronistas, documento de posse da Igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho, as “delinquências” das quais o cronista trata, fazem referência ao alto número de assaltos e latrocínios ocorridos naquela área. Conhecida por ser um entroncamento entre os caminhos do boi vindos do São Francisco, atual região de Paulo Afonso-Ba que se dirigiam para Salvador e os boiadeiros que faziam a mesma rota, mas em direção ao litoral sergipano, a área que hoje é o centro da cidade de Cícero Dantas era movimentada e por isso, lugar de emboscadas de assaltantes que não hesitavam em matar e enterrar suas vítimas sem qualquer liturgia no dito cemitério.

Essa zona, com efeito, continuou violenta com o passar dos anos, no final daquele século e nas primeiras décadas do século XX, foi uma área de temor por parte dos viajantes. Para fundamentar isso, basta dizer que foi essa uma área de atuação constante de cangaceiros até 1940, quando os últimos bandos se entregaram ou foram dizimados pela polícia.

Mas voltando a falar dos batismos e das viagens do conselheiro pelas estradas sertanejas, chegamos ao segundo registro de batismos, onde lê-se:

Aos doze dias do mês de dezembro de mil oitocentos e noventa e cinco, batizo solenemente a Anna, nascida a três de dezembro de 1895, filha legítima de Fulgêncio Dantas Manoel e Francisca Magdalena. PP Antônio Vicente Mendes Maciel e Maria Ribeiro da Silva, sob a proteção de Nossa Senhora do Bom Conselho. E para constar, fiz este termo que assino.  
Vigário Vicente Martins.

Essa cerimônia foi realizada apenas dois dias após a segunda, indicando que o conselheiro permaneceu nas terras do Bom Conselho por alguns dias.

O terceiro batismo se dá seis meses depois, já em novembro de 1896, onde lê-se:

Aos seis dias do mês de novembro de 1896, batizei solenemente a Maria, nascida a treze de setembro de 1869, filha legítima de Pedro da Paz Oliveira e Joaquina Alves de Jesus. PP Antônio Vicente Mendes Maciel e (palavra desconhecida) do Espírito Santo Loreto. E para constar, fiz este termo que assino.

Aquele ano de 1896 foi o que entrou para a história como o ano no qual se iniciou a Guerra de Canudos, pois foi nesse período que os conselheiristas encomendaram a madeira para a igreja de Bom Jesus em Juazeiro e o atraso na entrega e o consequente surgimento do boato de que Conselheiro e seus seguidores invadiriam a cidade, provocou a convocação das tropas estaduais pelas autoridades locais.

Seguindo a cronologia, o quarto e último batismo ocorre já em 1897, conforme transcrito abaixo:

Aos dez dias do mês de janeiro de 1897, batizei solenemente a Domingos, nascido a quinze de setembro de 1896, filho legítimo de Antônio Souza do Nascimento e Laurinda Maria de Jesus. PP. Antônio Vicente Mendes Maciel e Alcebiades Fontes. E para constar, fiz este termo que assino.

Vigário Vicente Martins.

Nessa data, a expedição do tenente Miguel da Silva Pires Ferreira, a primeira expedição, já havia sido emboscada em Uauá quando fora obrigada a retornar para Juazeiro após duro conflito com os conselheiristas.

Em outras palavras, quando a criança de nome Domingos, recebeu como padrinho Antônio Conselheiro em terras do Bom Conselho, a Guerra de Canudos já havia começado.

Dessa forma, o batismo realizado a seis de novembro de 1896, ocorreu no mesmo mês da primeira expedição emboscada em Uauá e em meio à movimentação de tropas, conforme vê-se na carta de Marcelino Pereira de Miranda ao Barão, datada de 27 novembro de 1896. Marcelino, que morava na Vila de Tucano escreve:

Notícias do Conselheiro horrorosas. Além da batalha havida em Uauá, onde morreram (por diversas contas) 112 conselheiristas e 9 praças do governo [...] seguiu nova força, passou na Serrinha para cima, é de supor já esteja reunida. O conselheiro está procedendo secretamente para engrossar o seu exército. (SAMPAIO. p. 122)

Considerando que o Conselheiro esteve presente nos referidos sacramentos, pela ausência do registro de procuração por terceiros nas referidas cerimônias, é interessante imaginar que os conselheiristas e seu líder, mesmo estando envolvidos em uma situação grave de beligerância sentiam-se seguros em sair do arraial para fortalecer os laços de compadrio que sedimentavam a influência de Conselheiro entre o povo do sertão, contando, imagina-se, com o espírito alimentado pelo líder messiânico e a presença de armamento, estando, portanto, livres de qualquer temor.

Padre Vicente, o vigário de Bom Conselho, era partidário do Barão, portanto, opositor do movimento de Canudos, mas mesmo assim celebrou as cerimônias de batismo. Isso pode demonstrar tanto um temor pela força que Antônio Conselheiro

adquirira naquele momento ou que o vigário não se opunha tanto quanto o fidalgo àquele movimento. De toda sorte, os batismos registrados pelo Padre, são documentos importantes para analisarmos a interação de Conselheiro com os habitantes do Bom Conselho.

Essa documentação primária, aliada ao que a literatura já abordou sobre a temática, com efeito, nos traz uma importante e muito pouco considerada perspectiva sobre o conflito ocorrido em Belo Monte, leia-se a passagem dos conselheiristas pela Vila de Bom Conselho.

Quando abordamos as fontes orais, através de relatos de testemunhas oculares recolhidos em entrevistas, podemos sedimentar essa ideia. Um desses oradores que se propuseram a falar sobre Conselheiro no Bom Conselho, foi o juiz preparador Pedro Batista do Espírito Santo, auxiliar de Arlindo Leoni (1869-1936). Que faz o seguinte relato, publicado no jornal soteropolitano *Diário da Bahia*, em 18 de dezembro de 1895:

Às dez horas do referido dia 5 de dezembro, a nossa expectativa foi muito além do que imaginamos. O som áspero de uma música marcial, o estrugir de foguetes que de espaço em espaço fende os ares, a vozeria descompassada de mais de mil bocas que em som cavernoso repercutia pelas quebradas das montanhas o ecoar de “Viva o Bom Jesus! Viva o nosso Conselheiro! Viva a Monarquia”, anunciavam o momento de sua entrada triunfante nesta nova Jerusalém. [...].

Ele prossegue:

De súbito surgiu, envolta em densa nuvem de poeira, a primeira ala, composta de 12 homens vestidos de camisola azul, no centro dos quais destacava-se um velho magro de cor macilenta, barba longa e grisalha, cabelos compridos e esparsos em desalinho pelos ombros. Vestindo uma túnica branca e segurando um bastão, que lhe servia de arrimo aos vacilantes passos. O vulto que assim se diferenciava dos outros era Antônio Conselheiro.

Esta carta, traz a luz, de forma impactante a entrada triunfante dos conselheiristas na vila, o texto fora divulgado entre a elite social sertaneja e soteropolitana, causando indignação e assombro. Mas a riqueza de detalhes apresentada, dota o documento, de um valor inestimável, havendo outro trecho em que o magistrado retrata os aliados fiéis do Conselheiro.

Os 12 homens de camisola azul, atada à cinta por um grosso e comprido cordão, arrematado por duas bolas, tendo sobre a cabeça um gorro da mesma cor, são os de sua maior confiança e por isso tem a denominação de Apóstolos, e como taes são tidos e respeitados. Em seguida, uma Segunda ala de cerca de vinte homens bem armados e uniformizados, e como esta mais cinco ou seis, iam sucessivamente mostrando-se aos olhos dos espectadores. Após esta coluna de mais de 100 homens, o grosso do exército em ordem de quatro a quatro

formava em contínuo e lento movimento uma extensa linha de mais de 100 metros. [...].

Segundo (ESPÍRITO SANTO, 1895), o juiz em exercício da comarca, o Dr. Arlindo Batista Leoni, estava na Fazenda Vitória, do coronel e ex-deputado Aristides da Costa Borges, com a descrição de que a vila estava em estado de sítio, não podendo retornar. Este mesmo juiz, seria transferido para a Comarca de Juazeiro, sendo o próprio, o responsável pela solicitação da expedição de Pires Ferreira, segue:

O Dr. Juiz de direito está fora da villa, na fazenda Vitória do coronel Aristides Borges, donde não pode voltar à vila, porque está em perfeito estado de sítio, só nela entrando e della sahindo aquellas pessoas, que os sentinelas postados nas estradas entendem não serem suspeitas ao seu summo pontífice.

O detalhado relato do magistrado, além de ser uma amostragem histórica muito importante de como se organizavam os conselheiristas, nos revela o clima construído na vila de Bom Conselho com a chegada dos seguidores de Conselheiro, além de relatar a suposta impossibilidade do retorno do Juiz titular Arlindo Leoni ao Bom Conselho durante o período de permanência dos conselheiristas, inclusive citando o local exato onde se encontrava. A fazenda de Aristides Borges era uma propriedade que utilizou mão de obra escrava e ficava nas imediações da Vila, o proprietário, inclusive, era pessoa de destaque na sociedade, um político, membro da aristocracia local.

## **OS RELATOS ORAIS:**

Essas visitas dos canudenses ao Bom Conselho, evidentemente, geraram grande repercussão na sociedade local. Tanto é que as lembranças desses acontecimentos ficaram na memória de moradores e seus descendentes por muitos anos, sendo resgatadas posteriormente por pesquisadores interessados nas narrativas geradas a partir de experiência ocular ou de descendentes diretos de pessoas que estiveram cara a cara com Antônio Conselheiro e seu povo na pequena vila que mais tarde, 1905, receberia o nome de batismo do Barão de Jeremoabo, sepultado no altar mor da igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão. A cidade de Cícero Dantas herda também a história e a arquitetura daquele conturbado fim do século XIX, de acontecimentos tão significativos de repercussão nacional.

Em 2023, o pesquisador Marcelo Reis entrevistou o senhor José dos Santos Souza, com 78 anos, residente no distrito de Trindade (Cícero Dantas-BA). Na oportunidade, o entrevistado relatou, baseado no que ouviu dos seus ancestrais, que, em sua passagem célebre pelo Bom Conselho, em dezembro de 1895, quando prestes a deixar a vila,

em retorno ao Belo Monte, o próprio Antônio Conselheiro, teria anunciado o desejo de hospedar sua gente na Fazenda Cajazeira, de propriedade de João Sacerdote do Nascimento, vulgo João Cajazeiras. Estando este presente na multidão, a apresentação foi realizada, havendo consentimento positivo, para a estadia. O entrevistado, preserva em sua memória, o relato, transpassado pelo seio familiar, sendo o mesmo trineto do citado João Cajazeiras.

A fazenda cajazeiras, ficava nas imediações da vila do Bom Conselho e guarda histórias que transpassam o movimento de Canudos e seus desdobramentos. No dia 9 de outubro de 1874, uma sobrinha do próprio João Sacerdote fora brutalmente assassinada no mesmo lugar que já tinha a denominação de fazenda cajazeiras. Naquela manhã Anna de tal, como é identificada a jovem nos autos, se dirigia para a casa de sua mãe acompanhada do seu irmão menor, quando foi abordado por um indivíduo que saiu do meio do mato armado com um cacete, era Francisco da Assunção do Nascimento, conhecido de todos, inclusive da vítima. Aparentemente “Cenção”, como era conhecido, tinha problemas mentais, um “toleirão”, como referido nos autos e nutria por Anna um amor doentio e diante da recusa da moça a atacou com um golpe na cabeça, o irmão menor que a acompanhava, tentou intervir, mas foi violentamente reprimido com algumas cacetadas. O garoto foi até uma residência próxima e chamou por ajuda. Anna foi arrastada para o mato e morta a pauladas, seu corpo fora localizado muito machucado, dada a brutalidade do assassino.

No processo que se formou em seguida, o próprio João Sacerdote serve de testemunha, diz ser natural da Vila do Bom Conselho e contar na época com sessenta e seis anos de idade. Dessa afirmação podemos depreender que João Sacerdote teria nascido no ano de 1808. É possível igualmente depreender que, quando teve o contato relatado acima com Conselheiro e seu povo em 1895, Sacerdote já era um idoso, contando com 87 anos de idade.

José dos Santos afirma, ainda baseado em relatos contados por seus familiares, que a multidão chefiada por Conselheiro ficou hospedada por oito dias na cajazeira, rezando e acompanhando os sermões do beato. Antônio Conselheiro realizava sermões para sua gente e muitos curiosos das redondezas que vinham vê-lo, por curiosidade ou em busca de algum alento espiritual. Nesta ocasião, os filhos do velho Virgíneo, da vizinha Fazenda Estrelo, foram tocados pela oratória do líder, e o acompanharam. Um deles, Boaventura Alves de Santana, fora morto no conflito com alguns de seus filhos, e sua esposa, Maria Paixão de Jesus, conseguira fugir, passando a residir no povoado Duas Serras em Antas, até sua morte. Ela passou o resto da vida com um projétil de arma de fogo alojado em seu tórax e afirmava ter sido baleada durante a guerra.

Seguindo o relato, ele cita, que na região de Duas Serras, atual distrito do município de Antas (na época, parte do município de Bom Conselho), ficou refugiado o jagunço

Ramiro, ascendente do ex-prefeito de Antas, Tota Ramiro (1930-1995). Em Betânia, povoado de Cícero Dantas, o célebre Norberto das Baixas, Norberto Alves Teixeira, residiu até sua morte, deixando grande descendência.

Em Trindade, hoje um distrito de Cícero Dantas, morou também até sua morte em 1949, o velho Isaias Lima de Miranda, natural de Inhambupe-BA, casado em 1899, com Maria Carolina do Nascimento, constituindo grande prole, havendo ainda inúmeros descendentes vivos. Esse era homem de confiança do Conselheiro desde a estadia deste pelos agrestes de Itapicuru, percorrendo os sertões até a fixação em Canudos, e posteriormente fugindo no auge do conflito. Ficando foragido no Bom Conselho, até o findo das perseguições policiais, morreu idoso e em paz ao lado de filhos e netos.

Outra entrevista, realizada no ano de 2023, traz informações repassadas por Maria Zilma Castro Almeida, de 82 anos, residente na cidade de Cícero Dantas, acerca das agressões causadas ao seu avô, Francisco Pires de Almeida (1853-1944), pelos conselheristas, em dezembro de 1895, sendo este fato confirmado pela missiva do Padre Vicente José Martins ao Barão, na qual ele cita: Vamos ao meu paroquiano e compadre Francisco Pires. Entendia e entendo que quem levou ao conhecimento de V. Exa. os sofrimentos de que ele foi vítima, e o estrago de que também foi vítima sua propriedade.

O citado Pires, na ocasião das agressões, comercializava uma casa de “secos e molhados”, recorrendo de imediato, a justiça local, registrando os horrores que ele e sua família haviam sofrido. Ele falecera com idade avançada em 1944, deixando numerosa família, os quais ocuparam o organismo municipal, desde o funcionalismo público até cargos eletivos. A história do encontro violento com os homens de Antônio Conselheiro ainda hoje faz parte do rol de memórias da família e foi amplamente comentado e passado de geração em geração pela tradição oral.

Um conflito de grandes proporções como a Guerra de Canudos, naturalmente, é muito repercutido pela mídia, aliás, a guerra toma proporções nacionais por intermédio da imprensa. Euclides da Cunha, por exemplo, teve grande participação nessa ressonância.

Por intermédios dos correspondentes, os jornais de todo o país levavam aos leitores notícias daquele conflito em pleno sertão baiano. Entre essas reportagens, algumas acabaram citando o Bom Conselho. Na edição de número 23, do periódico *A Imprensa*, temos o destaque:

Consta que no sítio Batoque, entre Jeremoabo e Bom Conselho, vivem reunidos mais de 300 jagunços ostensivamente armados, em manifesta desobediência à lei, timbrando em não reconhecer poder nas autoridades. Pelo que dizem, estão à espera de um novo Conselheiro. Atendendo a que já por si este grupo de fanáticos constitui um perigo, registramos esse simples consta, no intuito de serem feitas as averiguações necessárias.

Esse nota expõe o cenário pós guerra e reflete o comportamento dos conselheiristas após a devastação de Belo Monte e da morte do Conselheiro, mas pormenoriza, sobretudo, a preocupação da sociedade da época de que surgisse alguém, dentro do círculo de seguidores, que assumisse a liderança e reiniciasse o movimento messiânico e, por consequência, a guerra em si, ou que, o dito fanatismo perdurasse ainda por muitos anos, à sombra da figura morta do Conselheiro, como evidenciado em carta de José Américo Camelo de Souza Velho, endereçada ao Barão de Jeremoabo, datada de 15 de outubro de 1987, alguns dias após o fim de Belo Monte:

Os jagunços estão nas caatingas, dizendo que o infeliz tem de ressuscitar para vir mostrar que é deus, já vi, portanto, que o fanatismo não se acabou destes malvados e ficando sem serem perseguidos nestes pontos onde estão, muito pior. (CORPUS ELETRÔNICO DOCUMENTOS DO SERTÃO)

Tanto a fala de José Américo, um ferrenho antagonista do Conselheiro, quanto a notícia de jornal acima citada, são exemplos eloquentes de como a imprensa tratou o conflito e estereotipou os conselheiristas, essas notícias tendenciosas potencializaram os embates e atizaram as animosidades entre os conselheiristas e a sociedade local e o resto é história.

Todas as evidências aqui apresentadas, contudo, nos mostram a influência que o movimento de Canudos representou para essa parte do sertão baiano. Essa mesma influencia é fartamente documentada em diversas publicações, contudo, é justo que a antiga Vila de Bom Conselho (hoje cidade de Cícero Dantas) e povoações a ela pertencentes como Duas Serras, Antas, Cajazeiras, Trindade e outras, sejam registradas nos anais da história como territórios de influência do Conselheirismo. Acreditamos ser demasiadamente importante que a historiografia registre que os habitantes dessa área, nossos ancestrais, também compunham a população sofrida que foi instigada pelo exemplo de Antônio Conselheiro à resistência, que viu em sua figura um ínfimo fio de esperança frente às agruras da vida naquele final do XIX.

## **BIBLIOGRAFIA**

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs). **O Brasil Republicano: Primeira República (1889 – 1930)**. Volume I. 10ª ed. revisada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 2018. ISBN: 978 - 85 - 200 – 1357 - 1.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Canudos: Cartas para o Barão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

Corpus Eletrônico, documentos do Sertão – Universidade Estadual de Feira de Santana.

FONTES, Oleone Coelho. **O TREME - TERRA: Moreira César, a República e Canudos**. 1ª Ed. – Petrópolis: Vozes, 1995. ISBN: 85 - 326 – 1578 - 3.

REIS, Moisés. **Fátima, traços da sua história**. Aracaju: Infographics, 2023.

SILVA, José Calazans Brandão da. **Cartografia da Canudos**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho estadual de Cultura, EGBA. 1997.

## **JORNAIS**

IMPrensa, A. Rio de Janeiro - RJ. [29 de novembro de 1898].

BAHIA, Diário da. Salvador – BA. [12 de dezembro de 1895].

## **ENTREVISTAS**

José dos Santos Souza. 78 anos. – Entrevistado aos 02 de abril de 2023.

Maria Zilma Castro Almeida. 82 anos – Entrevistada aos 03 de abril de 2023.